

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E POLÍTICAS DE IDENTIDADE EM CONTEXTO INDÍGENA – UMA INTRODUÇÃO

LANGUAGE POLICIES AND IDENTITY POLITICS IN INDIGENOUS CONTEXTS – AN INTRODUCTION

América Lúcia Silva Cesar*
Terezinha Machado Maher**

Este dossiê, que compõe o volume 57 (3) da revista *Trabalhos em Linguística Aplicada*, reúne 09 artigos que abordam, a partir de diferentes perspectivas e matrizes teóricas, temas referentes a práticas e políticas linguísticas e identitárias em contextos indígenas específicos. A expectativa é que esse conjunto de textos contribua para emprestar visibilidade a questões que afetam as populações indígenas na contemporaneidade, bem como algumas das estratégias por elas empregadas para fazer frente às posições de subalternidade em que frequentemente são colocadas. No que segue, discorreremos sobre os pilares conceituais/epistemológicos que nos orientaram na organização deste dossiê.

1. INTERCULTURALIDADE E COLONIALIDADE

Importa, inicialmente, nos posicionarmos acerca de dois conceitos que têm se afirmado como produtivos em diversos campos de estudo, e que embasam, em diferentes medidas, os textos que compõem este dossiê: os conceitos de colonialidade e interculturalidade.

A noção de colonialidade remonta aos esforços mais recentes de um conjunto de estudiosos e ativistas formado predominantemente por intelectuais latino-americanos ou ligados a instituições universitárias latino-americanas (Anibal Quijano, Adolfo Achinte, Arturo Escobar, Catherine Walsh, Nelson Maldonado Torres, Ramón Grosfoguel, Walter Mignolo, dentre outros e outras) para, de modo

* Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador (BA), Brasil, americacesar@terra.com.br.

** Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas (SP), Brasil, tmaher@unicamp.br.

transdisciplinar, explicitar como opera a dominação no capitalismo mundial calcado na modernidade ocidental e, ao mesmo tempo, intensificar discursos e ações de enfrentamento aos seus paradigmas.

Segundo Quijano (2002), o atual padrão de poder mundial consiste numa articulação poderosa entre *colonialidade do poder* e *colonialidade do saber*. A colonialidade do poder refere-se à ocidentalização a que América Latina, a África e a Ásia foram submetidas, com base numa classificação racial/étnica, para dar sustentação ao capitalismo mundial. Nesse sentido, para compreender a colonialidade do poder é fundamental considerar o capitalismo e o Estado como formas centrais de controle da autoridade coletiva, associada à colonialidade do saber, que tem o eurocentrismo como forma hegemônica de controle no modo de produzir conhecimento. As ciências humanas tal como estabelecidas pelo eurocentrismo, como modelo único, universal e objetivo na produção de conhecimentos, deserdas as epistemologias da periferia do ocidente, pela ação da colonialidade do saber/poder.

Maldonado-Torres (2007) acrescenta à noção de colonialidade, um padrão de poder que não se limita à relação formal de poder entre dois povos ou nações, mas ressalta como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam para constituir a base sobre o qual o poder e a dominação se instalam. Desse modo a colonialidade atravessaria, em todos os níveis, o nosso cotidiano e as formas de ser/pensar/fazer implicadas nas identidades culturais de (re)existências.

Para Walsh (2006), uma perspectiva de enfrentamento da colonialidade do saber/poder passa também pela compreensão crítica das relações interculturais e etnicorraciais nesses contextos. Ou seja, o capitalismo – e suas formas de controle – implicado com o racismo estruturante dos padrões de dominação vigentes exigem um enfrentamento em todos os níveis, numa perspectiva intercultural. Como uma meta a alcançar, a educação intercultural direciona-se para o reconhecimento do “Outro”, para a negociação e a tradução cultural, de modo que as desigualdades sociais, econômicas e políticas, as relações e os conflitos de poder sejam reconhecidos e confrontados.

As reivindicações e projetos que partem de organizações e lideranças indígenas têm questionado a legitimidade do conhecimento chamado “universal” e sua relação com os diferentes modos de produção de conhecimento, destacando a necessidade de colaboração intercultural mutuamente respeitosa para a afirmação das suas visões de mundo, línguas e conhecimentos próprios, bem como de seus projetos políticos.

Ao analisar a realidade de mais de cinquenta projetos de formação universitária de indígenas e afrodescendentes na América Latina, Mato (2008) observou uma

diversidade de interpretações para esse conceito-chave (interculturalidade), a depender das condições estruturais, históricas, políticas dos atores neles envolvidos. Este autor propõe, então, uma distinção entre *interculturalidade de fato* – definida de acordo com as condições locais – e *interculturalidade desejável*, definida conforme ideários comuns, como uma relação pautada pela equidade, respeito e valorização da diversidade. Mato também chama atenção para o fato de que as estruturas e governos dominantes se utilizam do discurso da *interculturalidade ideal* para, na verdade, mascarar as verdadeiras condições em que a colonialidade se instala. Nesse sentido, é preciso lançar mão da crítica como forma de compreender como se exercem esses mecanismos de poder e como a interculturalidade acontece de fato.

Pode-se concluir que trabalhar no sentido do enfrentamento da colonialidade, no âmbito dos estudos da linguagem, supõe considerar a tarefa na sua dimensão intercultural e repensar criticamente muito da metalinguagem estabilizada, principalmente quando se trata de instrumentos teórico-metodológicos para compreender as práticas sociais/discursivas, inclusive as de resistência, em sociedades historicamente subalternizadas (CESAR & CAVALCANTI, 2007)¹.

Nesse sentido, a experiência intercultural desenvolvida pelos povos indígenas, nas diversas áreas de organização da vida sociocultural são fontes extremamente interessantes de estudos e propostas, conforme veremos no conjunto de textos apresentados neste dossiê.

2. POLÍTICAS DE IDENTIDADE E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NO UNIVERSO INDÍGENA

O que leva um povo indígena a ‘abandonar’ o uso da língua ancestral em suas práticas comunicativas cotidianas? Ou, pelo contrário, o que leva um povo indígena a retomar a sua língua ancestral que já estava adormecida, esquecida? Como se percebe um estudante indígena em escolas em que o seu direito de se educar fazendo uso de seu repertório linguístico particular não é respeitado? Como entender o sentido de educação intercultural e bilíngue num contexto em que os povos indígenas são minoria política? Como fazer para sensibilizar as instituições oficiais para incorporar o direito à diferença como constitutiva das suas práticas cotidianas?

1. Neste artigo, as autoras chamam atenção para o caráter transcultural da linguagem, considerando-se a crítica às concepções de cultura e identidade essencializadas na tradição dos estudos linguísticos.

Para os segmentos hegemônicos, é muito difícil entender o direito do sujeito de falar na sua língua, e de não ser por isso discriminado, como um direito linguístico que integra o rol dos direitos humanos essenciais (HAMEL, 1995). Isso porque entende-se haver uma diferença irreconciliável entre os repertórios comunicativos de certos sujeitos e aqueles vistos como aceitáveis ou legítimos nos espaços em que circulam. Mas, para os grupos minoritários, a questão dos direitos linguísticos é fundamental. Daí que falar de políticas linguísticas no contexto dos povos indígenas no Brasil de hoje significa discutir políticas de identidade, projetos políticos de auto afirmação e educação intercultural e multilíngue em contexto minoritarizado. Significa discutir também a colonialidade do saber/poder que silencia, inviabiliza e desprestigia as diversas formas de estar/estar/pensar/falar das populações periféricas.

Ainda que este dossiê também abarque a questão das identidades indígenas contemporâneas e o efeito que diferentes políticas linguísticas têm na construção dessas identidades em outros países da América Latina (Peru, México e Chile), vamos aqui tomar o Brasil Indígena como referência para a reflexão que segue.

Inicialmente, vamos considerar alguns dados providos pelo Censo Indígena de 2010 do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Esse levantamento censitário apresenta um quadro que a alguns pode parecer surpreendente: em menos de 20 anos, verificou-se um aumento expressivo do número de pessoas que se intitulam ‘indígenas’ no país. Enquanto o censo de 1991 indicava a existência de aproximadamente 300 mil indígenas, em 2010, esse número sobe para mais de 800 mil pessoas (IBGE, 2012). E, se em 2000, o número de povos indígenas brasileiros contabilizado pelo ISA – Instituto Socioambiental foi 217 (RICARDO, 2000), o Censo de 2010 apontou a existência de 305 povos indígenas em território nacional.

A explicação para a remodelação na demografia indígena, é importante sublinhar, deve-se, menos à elevação da taxa de natalidade, do que ao aumento do número de sujeitos que passaram a se auto identificar como pertencentes a determinados povos indígenas. De acordo com Gersem dos Santos Luciano, líder Baniwa do Alto Solimões e antropólogo,

(...) desde a última década do século passado vem ocorrendo no Brasil um fenômeno conhecido como “etnogênese” ou “reterritorialização”. Nele, povos indígenas que, por pressões políticas, econômicas e religiosas, ou por terem sido despojados de suas terras e estigmatizados em função dos seus costumes tradicionais, foram forçados a esconder e a negar suas identidades tribais como estratégia de sobrevivência – assim amenizando as agruras do preconceito e da discriminação – estão reassumindo e recriando as suas tradições indígenas (LUCIANO, 2006, p. 28).

Para entendermos as (re)configurações identitárias indígenas, devemos, portanto, considerar a complexa rede de relações estabelecidas pelos indivíduos

ou povos indígenas ao longo do tempo. E em sendo assim, o aumento da presença indígena no país atestada pelo Censo de 2010 pode ser explicada também pelas conquistas obtidas pelo seu movimento político de afirmação étnica.

Rafael Silva Xucuru Kariri, mestre em ciências sociais pela Universidade Federal da Bahia, tentando explicar o aumento no número de povos auto identificados indígenas, observa que a construção da indianidade implica um movimento bastante dinâmico e complexo, pois é

(...) uma construção aberta, não definitiva, posto que intermediada por múltiplas representações sociais que se tocam, distanciam-se ou se interpenetram. Estamos [nós, os indígenas] transitando em diversos espaços societais, tentando dominar seus códigos para interagirmos, mas trazendo a bagagem das nossas formações em nossos grupos primários – nossas famílias, nossas aldeias, nossos bairros, nossas cidades. (XUCURU KARIRI, 2015, pg.11)

De fato, o dinamismo observado, inclusive na presença de indígenas em espaços antes pouco acessíveis, como a universidade, por exemplo, se reflete também na representação gráfica da distribuição dos sujeitos indígenas no mapa do Brasil apresentado pelo Censo de 2010. Nele se observa essa distribuição como um tecido de pontos, mais densos em alguns espaços, mais rarefeitos em outros, mas um tecido que recobre todo o mapa do Brasil, para além das fronteiras geopolíticas de estados e municípios. Esse novo desenho altera dicotomias, até então produtivas, como *aldeado/desaldeado*; *rural/urbano*² e reflete a luta dos povos indígenas brasileiros que, há mais de 40 anos, organizam-se para garantir o direito à diferença e participação política, nas mais diversas esferas.

Os marcos legais mais significativos dessa luta são a Constituição de 1988 e a Convenção 169 da OIT. Mas não só esses. Essas conquistas passam pela retomada e regularização da posse das suas terras, e por políticas públicas afirmativas mais recentes, como a implementação de projetos de educação escolar indígena, intercultural e bilíngue, a criação de cursos de formação intercultural de professores e professoras indígenas nos níveis médio e universitário,³ as políticas de reservas de vagas em universidades e concursos públicos, dentre muitas outras.

No entanto, esse movimento não se dá sem que haja, em contrapartida, fricções, conflitos e reações. É ainda Luciano (2006) quem declara que, na prática, constata-se uma diversidade de situações, em todos os níveis do Estado brasileiro,

2. Zavala, neste volume, faz uma crítica aprofundada sobre a inoperância dessas, e de outras dicotomias, focalizando um contexto universitário peruano no qual alunos(as) Quechua estão matriculados.

3. Neste dossiê, Gorete Neto, Guerola e Ponso, abordam questões implicadas em processos educativos envolvendo indígenas brasileiros, enquanto Zavala, Hamel, Erape & Márquez e Quintrileo & Quintrileo focalizam o mesmo tema tendo por base, respectivamente, indígenas peruanos, mexicanos e chilenos.

historicamente contrárias aos direitos indígenas. Só como exemplo, basta olhar o atlas dos conflitos ambientais na Amazônia Brasileira (CARNEIRO FILHO & SOUZA, 2009) ou verificar o número de assassinatos de indígenas e a criminalização das suas lideranças na atualidade (HARARI, 2015).

Mesmo assim, nesse movimento político-identitário, com seus corpos e gestos, os povos indígenas brasileiros vêm alterando posições de poder: contestam preconceitos e estereótipos, colocam na ordem do dia seus projetos de autonomia política. Além disso, contribuem, por meio da produção de conhecimento qualificada e de ativismo político, para o adensamento das discussões dos graves problemas do país, promovendo alguma rasura nos campos discursivos (jurídico, legislativo, acadêmico, midiático) historicamente exercidos no sentido de manter a negação de suas vozes e especificidades⁴.

Esse movimento de resistência e afirmação étnica traz olhares próprios inclusive para a pesquisa e o ensino das suas línguas ancestrais, nas escolas e fora delas, e nos obriga a uma crítica intercultural a conceitos – tais como *identidade, cultura, línguas* e seus correlatos –, e a instrumentos teórico-metodológicos vigentes. Esses passam a ser discutidos em diálogo com teorias e metodologias implicadas estrategicamente para a superação dos mecanismos de operação do racismo e da colonialidade.

A discussão sobre o conceito de *língua*, por exemplo, é muito complexa porque envolve, quase sempre, um embate discursivo entre o modo como esse conceito é percebido nos processos de afirmação da identidade étnica e da autonomia política de povos subalternizados e a concepção metalinguística eurocentrada dominante (MAKONI & PENNYCOOK, 2007). Atentar para essas diferentes ideologias linguísticas é imperioso porque elas atravessam, tanto a produção científica em torno da ‘língua’ enquanto objeto de estudo, quanto as políticas linguísticas e de ensino desenvolvidas para os povos indígenas (ZAVALA, 2014).

A concepção de língua dominante equivale a o que Calvet, (1978), já há tempo, definiu como “glotofagia”. Para esse autor, a empreitada colonial, por meio do estabelecimento de dicotomias, como *língua vs. dialeto, civilizado vs. selvagem*, reafirma a superioridade de uns sobre os outros, base ideológica do racismo, e coopera para sonegar o poder da língua do Outro. E quando se referem de uma forma localizada ao construto *língua*, estudiosos da linguagem e outros cientistas sociais geralmente associam-no, sem maiores questionamentos, à classificação e à quantificação definida por modelos taxinômicos hegemônicos. Esse modo de

4. Ver artigo de Nascimento neste volume para uma discussão acerca do papel do discurso mediático e do discurso acadêmico na construção de representações equivocadas de indianidade.

proceder, bem como as adjetivações que a ele estão associadas, como ‘primeira língua (L1)’, “segunda(L2)”, ‘língua materna’, ‘estrangeira’, ‘indígena’, ‘nacional’, tendem, se não formos muito cuidadosos, a tornar (quase) naturais o ‘ser da língua’ e a universalidade dos instrumentos de estudo dito linguístico. Como consequência, o que não se encaixa nessas categorizações, são estabelecidas, glotofagicamente, como ‘não-línguas’, ‘entidades’ sem nomes, e por isso sem possibilidade de serem contadas e narradas, passando à invisibilidade metalinguística.

Tendo essa problemática em mente, vejamos, voltando ao Censo Indígena de 2010, o que esse levantamento nos diz sobre o número de línguas faladas pelos sujeitos indígenas brasileiros. Os dados desse levantamento nos levam a admitir que houve um aumento expressivo no número de línguas indígenas brasileiras: enquanto esse número foi estimado por Seki, em 1999, em aproximadamente 180, ele salta, em 2010, para 274. Como explicar isso? Podem quase cem línguas ‘nascerem’ em pouco mais de vinte anos? É dessa questão que nos ocupamos a seguir.

Se por um lado, é possível admitir que grande parte das línguas indígenas brasileiras encontra-se em estado de extrema vulnerabilidade, sugerindo a possibilidade de que haja, nas próximas décadas, um empobrecimento significativo no atual Atlas Linguístico Brasileiro (MAHER, 2010), por outro, há um movimento, principalmente no Nordeste brasileiro, de povos antes identificados como ‘sem-língua’, ou ‘monolíngues em português’ para retomar, nomear, “inteirar”⁵ as suas línguas chamadas por eles próprios de “ancestrais”. Muitos desses povos, cujas línguas étnicas são dadas como ‘mortas’ ou em situação de vulnerabilidade, estão envolvidos em processos de pesquisa, documentação e gramaticalização dos seus repertórios linguísticos atualizados no uso cotidiano pelos seus “mais velhos” ou em documentos escritos no sentido de (re) afirmar uma identidade linguística própria como falantes das suas línguas originárias.

Um caso representativo dessa atitude em relação à língua, é o caso do patxohã, língua recriada por pesquisadoras e pesquisadores Pataxó, num trabalho autônomo e autoral que identificam como uma política linguística de resistência (BOMFIM, 2012). Ou as estratégias criativas, testemunhadas por Maher (2018), empregadas por professores Shawãdawa e Apurinã para ‘reinventarem’ suas línguas ancestrais durante cursos de formação para o magistério indígena no Acre.

Outra estratégia dessas políticas linguísticas de resistência consiste em se identificar como falante de língua indígena nas entrevistas do Censo, numa busca de

5. Termo utilizado por Zabelê, referência dos Pataxó na pesquisa e ensino da língua pataxó. Para ela, “inteirar” a língua é atualizar os seus recursos a partir do repertório existente na memória local (BOMFIM, 2011).

visibilidade para os seus recursos e usos linguísticos não classificáveis e quantificáveis pela taxionomia oficial das línguas vigente. Daí que os dados do Censo, por meio da auto identificação dos falantes, podem espelhar com um pouco mais de fidelidade as políticas de pesquisa e ensino de línguas retomadas, procedimento esse que segue também os movimentos de afirmação étnica, cultural e político indígena já observados. No entanto, é preciso ressaltar que o número de línguas indígenas desenhado pelo Censo 2010, com os conceitos e concepções de língua e de falante considerados pelos referenciais teórico-metodológicos hegemônicos que embasam sua pesquisa, sem a devida consideração crítica, mesmo com o aumento considerável do número de línguas, mais esconde a diversidade e complexidade dos recursos, usos e discursos indígenas, que os revela (CESAR & COSTA, 2013; CESAR, 2018).

Por fim, um outro exemplo de estratégias de resistência indígena consiste em se apropriar de gêneros textuais dominantes, bem como do próprio português para inserir, de modos muito particulares, suas vozes em espaços pouco receptivos à interlocução⁶.

Existe uma desconhecida diversidade de manifestações discursivas que configura a intensa mobilidade e dinamismo dos povos indígenas no Brasil de hoje que necessitaria de teoria e métodos interculturais apropriados para a sua explicitação. Se ainda não temos termos e conceitos para definir com, mais rigor e fidelidade, a complexa rede 'linguística' dos povos indígenas e, por isso mesmo, ainda nos servimos das noções de língua e variedade, língua materna, língua indígena e língua portuguesa, com ou sem ressalvas, é preciso, no entanto, atentar para os discursos indígenas que estão sendo gestados em relação aos seus repertórios verbais em diferentes espaços sociais e, em um esforço intercultural, refletir criticamente sobre essa (meta) linguagem. Ela já não serve mais porque, implicada com a colonialidade do saber/poder, dificulta a construção em conjunto de outras formas de falar as 'línguas' que sejam menos assimétricas. Para isso teremos, além disso, que repensar, também criticamente, os paradigmas que regem universidades, institutos, políticas públicas e agências de financiamento de pesquisas no âmbito do Estado.

Assim, atravessadas pelos conhecimentos que vimos acumulando, pelos questionamentos teóricos que tanto nos desafiam, bem como pelos temores e sobressaltos em nós provocados pela atual conjuntura política brasileira, a qual nos faz vislumbrar o risco de medidas de rechaço violento ao avanço das conquistas indígenas no campo dos direitos humanos, é que apresentamos este dossiê temático.

6. A esse respeito, ver os artigos de Costa e Xucuru-Kariri e de Christino neste dossiê.

3. ENSAIOS SOBRE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E POLÍTICAS DE IDENTIDADE EM CONTEXTOS INDÍGENAS

O conjunto de textos aqui reunido traz contribuições de pesquisadores de 04 universidades estrangeiras (*Universidad Católica del Perú*, *Universidad Autónoma Metropolitana*, México, *Universidad Austral de Chile* e *Universidad de Bío Bío*, Chile) e de 06 universidades brasileiras (Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal de Goiás, Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal do Rio Grande). No que segue, procedemos a uma breve síntese de cada um dos artigos que compõem este dossiê.

O texto que abre este volume, intitulado “Language as Social Practice: Deconstructing boundaries in Intercultural Bilingual Education”, é de autoria de Virgínia Zavala. Nele, essa pesquisadora peruana faz uma avaliação cuidadosa e crítica das ideologias e práticas que vêm sustentando o programa de Educação Intercultural Bilingüe (EIB) do seu país. A autora argumenta que, muito embora esse programa venha tentando se remodelar, algumas das ideologias e práticas presentes no seu início, ainda permanecem nos tempos atuais. Para sustentar esse seu argumento, Zavala focaliza um curso de formação de professores, oferecido por uma das universidades particulares de Lima, no qual estão inseridos jovens Quéchua provenientes de contextos vulneráveis. A análise dos dados empreendida pela autora revela, por um lado, que o curso em questão pressupõe que as línguas que compõem o repertório desses jovens, entendidas como códigos discretos, estariam vinculadas, exclusivamente e sempre, a grupos etnolinguísticos específicos e a práticas culturais bem demarcadas. Esse pressuposto, que faz com que se opere com dicotomias – falante de quéchua/falante de espanhol, L1/L2, uso do espanhol/uso do quéchua, práticas de letramento em espanhol/práticas de letramento em quéchua –, termina construindo dois tipos de subjetividades que se opõem de forma hierarquizadas: uma que diz respeito ao sujeito educado em quéchua, e, outra, ao sujeito educado em espanhol. No entanto, como argumenta Zavala, o *corpus* por ela examinado demonstra que os jovens alunos Quéchua desse curso, porque estão imersos em novas e complexas dinâmicas socioculturais e em novos, e igualmente complexos, contextos de bilinguismo, subvertem, em seus discursos e práticas, essas rígidas dicotomias conceituais e identitárias.

Maria Gorete Neto, autora do segundo artigo (“Línguas em Conflito em Cursos de Licenciatura Intercultural Indígena”) deste dossiê, também focaliza, em suas reflexões, a presença de alunos indígenas no ensino superior, só que, desta feita, em um ambiente universitário brasileiro. A autora ressalta os desafios

enfrentados pelos promotores do curso de licenciatura indígena da Universidade Federal de Minas Gerais para acomodar, de forma respeitosa, os diferentes saberes e as diferentes línguas que esse novo alunado, composto por membros dos povos Xakriabá, Maxakali, Krenak, Pataxó, Kaxixó, Xukuru-Kariri e Pankararu, traz em suas bagagens culturais. Dentre os entraves discutidos por Gorete Neto para que tal possa ocorrer, encontra-se o fato de que as formas de falar e pensar as línguas trazidas pelos estudantes indígenas ainda se confrontam desconfortavelmente com a colonialidade de uma metalinguagem que lhes chega pronta e prestigiada no confronto intercultural com os saberes que trazem de suas vivências pregressas. Entre esses conflitos estão atitudes em relação às suas línguas e os discursos de resistência que provocam nesse contexto. No desenrolar da reflexão, Gorete Neto demonstra esses conflitos nos recortes etnográficos que traz de sua experiência como docente e pesquisadora nesse curso de licenciatura indígena.

Na continuidade, o leitor encontrará, o artigo "Autoria Indígena em Quinze Anos de Cartas", assinado por Suzane Lima Costa e Rafael Xucuru Kariri. Nele, os autores se propõem a analisar cartas escritas por povos indígenas brasileiros, cujo destinatário é o próprio Brasil personificado por seus ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Desse modo, as cartas examinadas pelos autores, não se referem àquelas obras epistolares, já bastante analisadas na literatura historiográfica e literária, escritas pelos colonizadores portugueses acerca dos colonizados (índios brasileiros). Examina-se, neste artigo, cartas em que os próprios indígenas assumem a função de autores, de remetentes. Na análise dessas produções, Costa e Xucuri Kariri se buscam refletir sobre (i) algumas das especificidades desse tipo de correspondência; (ii) os modos de construção de autoria coletiva entre os indígenas e (iii) a forma como o 'Brasil', enquanto destinatário dessas correspondências, é representado. O *corpus* analisado, reunido no período de 2000-2015, inclui cartas referentes ao marco de 500 anos de colonização; cartas que denunciam os crimes e suicídios de indígenas nos processos de retomada dos seus territórios; cartas de mulheres indígenas nas quais se repudiam ações do Estado e de fazendeiros e cartas que comunicam a autodemarcação de terras indígenas. Fundamentando-se em teorias sobre o gênero epistolar, e considerando as performances do sujeito-remetente e do sujeito-destinatário, os autores do artigo concluem que as cartas dos povos indígenas ao Brasil, além de promoverem novas configurações para esse gênero, refletem o estabelecimento de políticas linguísticas e identitárias próprias dos povos indígenas.

No artigo intitulado "La construcción de la identidad p'urhepecha a partir de la educación intercultural bilingüe propia", Rainer Enrique Hamel, Ana Elena Erape

Baltazar e Betzabé Márquez Escamilla, investigadores mexicanos, discorrem sobre os resultados de uma pesquisa que vêm conduzindo acerca do desenho curricular de duas escolas localizadas no centro-oeste do seu país e geridas por professores e professoras P'urhepecha. O ensino nessas escolas vinha sendo conduzido tendo por língua de instrução o espanhol, o que redundava em alto índice de fracasso escolar, dado que os alunos tinham pouco ou nenhum conhecimento dessa língua. Como forma de promover um ensino mais significativo, e também de asseverar sua identidade cultural e etnolinguística, os docentes dessas escolas decidiram fazer frente ao modelo educativo estabelecido e passaram a ensinar seus alunos na língua p'urhepecha, considerando também seus saberes tradicionais. No intuito de refletir sobre os modos de funcionamento desse novo projeto educativo, os autores do artigo analisam dados reunidos durante duas aulas ministradas nessa língua indígena: em uma dessas aulas, o professor indígena versou sobre questões ligadas ao território ancestral de seu povo, tendo por parâmetro elementos da cosmovisão p'urhepecha. Na outra, uma aula de matemática, o docente indígena fez uso de conhecimentos intraculturais próprios para ensinar frações. Hamel, Erape e Márquez argumentam que, ao assim procederem, esses professores P'urhepecha colocam em funcionamento, em suas escolas, uma política linguística de valorização de sua própria língua que, além de eficaz, vai ao encontro da afirmação de suas identidades étnicas.

O artigo "*Se o Índio for Original: a negação da Coetaneidade como condição para uma 'Indianidade Autêntica' na Mídia e nos Estudos da Linguagem no Brasil*", escrito por André Marques do Nascimento, direciona nosso olhar para o modo como a imprensa hegemônica brasileira, bem como os pressupostos epistemológicos que norteiam alguns estudos do campo da linguagem, no afã de legitimarem apenas o que consideram uma 'indianidade autêntica' constroem representações de membros dos povos indígenas que, negando sua contemporaneidade, enquadra-os, não só como sujeitos apolíticos, mas também, como sujeitos de 'tempos remotos'. No início do artigo o autor apresenta dados de uma situação de injúria verbal experimentada por um indígena, problematizando a origem dessa injúria e seus desdobramentos mais amplos. Nesses desdobramentos, a coetaneidade aparece de forma ambivalente, em que signos "modernos" apropriados pelos indígenas são citados para negar-lhes direitos e fazer valer discursos, por exemplo, pró-agronegócio. Finalmente, o artigo demonstra, com base em pesquisa empírica num repositório de trabalhos acadêmicos, que a maior parte dos estudos que se dedicam às línguas e situações sociolinguísticas indígenas analisados também negam essa coetaneidade, em função,

sobretudo, do cientificismo materializado em concepções estabilizantes de língua, cultura e comunidade.

Em seguida, o leitor encontrará o artigo “Cultura vs. Estado: relações de poder na Educação Escolar Indígena”, escrito por Carlos Maroto Guerola. A partir de registros gerados etnograficamente, o autor procede à análise de estratégias de construção de sentidos que dizem respeito ao exercício do poder, e de resistência a ele, focalizando uma interação entre membros do povo indígena Laklãnõ-Xokleng (seus anciões, lideranças e professores) e uma representante da rede estadual de educação de Santa Catarina, que atua como gestora das escolas da Terra Indígena por eles habitada. O aparato teórico utilizado por Guerola para conduzir suas reflexões está assentado em contribuições de estudiosos no campo do discurso, da sociologia, da performatização de identidades e da educação crítica. As estratégias de construção de sentido empregadas pelos interagentes indígenas no embate interacional examinado incluíram, por exemplo, representar a ‘educação indígena diferenciada’ como um direito frequentemente vulnerado por parte do Estado, e se colocarem como agentes com capacidade de construir e transformar a realidade porque performam, enquanto identidade, uma *cultura*. Por outro lado, dentre as diferentes estratégias discursivas empregadas pela gestora escolar em questão, o autor aponta o fato de ela se colocar como uma agente incapaz de transformação, já que performa (ou *incorpora*, nos termos de Guerola) a identidade de um *estado*. Devido a sua natureza linguística, ideológica, política e intencional, as estratégias discutidas no artigo terminam, segundo Guerola, por constituir políticas linguísticas intimamente relacionadas a políticas de identidade que buscam transformar ou perpetuar relações de poder.

Em “Desafíos en la enseñanza de lenguas indígenas: el caso del *mapudungun* en el Programa de Educación Intercultural Bilingüe (PEIB) de Chile”, Cecilia Quintrileo Llancao e Elizabeth Quintrileo Llancao aludem à questão do ensino de línguas indígenas em contextos educativos no Chile, focalizando, especificamente, a língua falada pelo povo Mapuche, o *mapudungun*. As pesquisadoras iniciam seu texto apontando o fato de as políticas linguísticas do estado chileno terem, ao longo da história, desconsiderado o caráter plurilíngue do país, o que fez com que as suas línguas indígenas fossem sistematicamente excluídas de todos os currículos escolares, como forma de tornar seus falantes monolíngues em espanhol. Só muito recentemente, explicam as autoras, a possibilidade de reversão desse quadro de subordinação linguística, que complementa uma opressão também econômica e sociocultural dos povos indígenas no Chile, vem se desenhando: há projetos de revitalização e de ensino de línguas indígenas em andamento no país. A inclusão de

línguas indígenas em programas educativos, no entanto, traz no seu bojo, de acordo com Quintrileo e Quintrileo, muitos desafios àqueles que tentam implementá-los. Como forma de contribuir que essa implementação possa se dar de modo a valorizar as identidades linguísticas de falantes de *mapudungun*, as autoras, após analisarem as orientações didáticas do Programa de Educação Intercultural Bilingue do Chile, fazem sugestões metodológicas para o ensino dessa língua tendo por base princípios do enfoque comunicativo ao ensino de línguas.

As reflexões de Beatriz Christino em "*Hoje nós não somos mais Huni Kuin só na nossa língua: o português Kaxinawá em interações transculturais*" vão no sentido de argumentar que algumas particularidades da variedade do português utilizada por membros do povo Kaxinawá/Huni Kuin quando interagem com não-indígenas, refletem aspectos da sua cultura interacional. A autora focaliza, especificamente, o uso de fórmulas de fechamento e de retomadas da fala do interlocutor em interações que compõem um *corpus* gerado etnograficamente na região do Alto Juruá (Acre): nos municípios de Cruzeiro do Sul e Marechal Thaumaturgo e nas aldeias Kaxinawá da Terra Indígena no Rio Breu. Considerando que a utilização desses recursos funciona, em muitas situações, como modo de asseverar etnicidade, já que dizem respeito a convenções da etiqueta interacional Kaxinawá, o desconhecimento, por parte de interagentes não indígenas dos motivos que justificam, do ponto de vista indígena, esses comportamentos discursivos, pode, de acordo com Christino, gerar conflitos interacionais e vir a reforçar preconceitos. Em sendo assim, a pesquisadora insiste na necessidade do estabelecimento de projetos educativos calcados em políticas linguísticas que promovam o (re)conhecimento das diferentes variedades indígenas do português, de forma a possibilitar atitudes mais respeitadas por parte de integrantes da sociedade envolvente em suas interações com os povos indígenas brasileiros.

Por fim, Letícia Coa Ponso, autora do artigo que fecha este dossiê, traz novamente à baila, em "*Letramento acadêmico indígena e quilombola: uma política linguística afirmativa voltada à interculturalidade crítica*", os desafios implicados nos processos de integração e permanência de alunos indígenas no ensino superior brasileiro, tematizando, além disso, essa problemática também no que diz respeito a alunos quilombolas. Ponso, nesse texto, centra suas análises nas práticas de letramento acadêmico desses alunos, bem como nos seus entendimentos acerca dessas mesmas práticas, fazendo uso de dados gerados em uma pesquisa qualitativa de natureza etnográfica. Considerando o caráter socioculturalmente assimétrico do ambiente com que se deparam esses estudantes ao chegarem à universidade, à pesquisadora busca compreender, mas especificamente: que estratégias são

por eles empregadas para se apropriarem da escrita acadêmica e, até que ponto, eles conseguem fazer valer sua agentividade no processo de negociação com as exigências da instituição. Seu aporte teórico de referência nessa investigação inclui os conceitos de letramento de (re)existência, interculturalidade crítica e pedagogia decolonial. Ao final do artigo, Ponso aponta a necessidade do estabelecimento de uma política linguística afirmativa que contemple a possibilidade de que as práticas de letramento na universidade passem, exercitando uma interculturalidade produtiva e respeitosa, a aceitar modos indígenas e quilombolas particulares de discorrer sobre o conhecimento, inclusive sobre aqueles saberes que lhes são próprios.

Encerramos este texto introdutório com a expectativa de que os artigos reunidos neste dossiê possam promover maior inteligibilidade e mais debates acerca das questões que envolvem o uso da linguagem em contextos indígenas contemporâneos.

REFERÊNCIAS

- BOMFIM, A. (2011). *Política linguística: uma experiência de autoria Pataxó. Anais do XII CONLAB – Congresso uso-Afro-Brasileiro de Ciências sociais*. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/ARQUIVO_artigoconlab3. Acesso em: 14 mar. 2015.
- BOMFIM, A. (2012). *Patxobá, língua de guerreiro: processo de retomada da língua pataxó*. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos). Universidade Federal da Bahia (UFBA).
- CALVET, L. J. (1978). *Linguistique et colonialisme - petit traité de glottophagie*. Paris, Payot.
- CARNEIRO FILHO, A.; SOUZA, O. B. (2009). *Atlas de pressões e ameaças às terras indígenas na Amazônia brasileira*. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- CESAR, A.; CAVALCANTI, M. Do singular ao multifacetado: o conceito de língua como caleidoscópio. In: Cavalcanti, M.; Bortoni-Ricardo, S. M. (orgs.) (2007). *Transculturalidade, linguagem e educação*. Campinas, SP: Mercado de Letras, pp. 45-65.
- CESAR, A.; COSTA, S. (orgs.) (2013). *Pesquisa e escola: experiências em educação indígena na Bahia*. Salvador, Bahia, Ed. Quarteto.
- CESAR, A. (2018). A prótese da língua: relações trans/interculturais e políticas de pesquisa/ensino de línguas entre os povos indígenas na Bahia. Pires-Santos, M. E.; Silva, I.

- R. (orgs.) Dossiê Transculturalidade, Linguagem e Educação. *Revista Línguas & Letras*, UNIOESTE, vol. 20, no. 24.
- HAMEL, R. E. (1995). Introducción: Derechos Lingüísticos como Derechos Humanos: debates y perspectivas. in: HAMEL, H. E. (org.) *Derechos Humanos Lingüísticos en Sociedades Multiculturales*. *Revista Alteridades*, 5 (10), pgs. 11-23.
- HARARI I. (2015). Dando continuidade ao Fórum sobre Violações de Direitos dos Povos Indígenas. *Aracê – Direitos Humanos em Revista*, vol.2, n. 3, pp. 239-245.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012). Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro: IBGE/Diretoria de Estatística. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf. Acesso em: 25 abr. 2017.
- LUCIANO, G. dos S. (2006). *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: MEC/SECAD; LACED/MUSEU NACIONAL.
- MAHER, T. M. (2010). Políticas linguísticas e políticas de identidade: currículo e representações de professores indígenas na Amazônia ocidental brasileira. *Currículo sem fronteiras*. v. 10, n.º. 1, pp. 33-48.
- MAHER, T. M. (2018). Shifting discourses about language and identity among Indigenous teachers in western Amazonia in the wake of policy change. In: Cavalcanti, M. C. & Maher, T. M. (eds.) *Multilingual Brazil: Language resources, identities and ideologies in a globalized world* (pp. 41-55). New York: Routledge.
- MAKONI, S., PENNYCOOK, A. (orgs.) (2007). *Disinventing and Reconstituting Languages*. Clevedon: Multilingual Matters).
- MALDONADO-TORRES, N. (2007). Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: Castro-Gómez, S., Grosfoguel, R. (orgs.) *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, pp. 127-167.
- MATO, D. (org.) (2008). *Diversidad cultural e interculturalidad en educación superior: experiencias en America Latina*. Caracas, UNESCO-IESALC.
- QUIJANO, A. (2002). Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*, ano 17, n. 37, pp. 4-28. Disponível em: <http://www.bjis.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/2192/1812>. Acesso em: 28 nov. 2013.

- RICARDO, C. A. (org.) *Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000*. São Paulo: Instituto socioambiental, 2000.
- SEKI, L. (1999). A linguística indígena no Brasil. *DELTA*, vol.15, número especial, pp. 257-290.
- WALSH, C. (2006). Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento ‘otro’ desde la diferencia colonial”. In: Walsh, C.; Linera, A. G.; Mignolo, W. *Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento*. Buenos Aires: Del Signo, pp. 21-70.
- XUCURU KARIRI, C. R. S. (2015). Sobre como nos tornamos o que sempre fomos. In: Cesar, A. L. S.; Aquino, I.; Monteiro, C.; Xucuru Kariri, C. R. A.; Ferreira, M (orgs.). *Núcleo Yby Yara Observatório da Educação Escolar Indígena - Fragmentos para uma cartografia da educação escolar indígena*. Salvador-Bahia: Quarteto.
- ZAVALA, V. (2014). Ideologías lingüísticas, autoridad y experticia en una comunidad de práctica: a propósito de una política lingüística a favor del quechua. In: *Prácticas y políticas lingüísticas. Nuevas variedades, normas, actitudes y perspectivas*. Madrid: Iberoamericana Editorial Vervuert, pp. 129-163.

Recebido: 26/10/2018

Aceito: 29/10/2018